

negócios **mais.**
edição especial

Este suplemento é parte integrante do Jornal de Negócios nº 2128, de 15 de Novembro de 2011, e não pode ser vendido separadamente

✓ **A TROIKA**
Privados e profissionais,
os alvos da austeridade

✓ **ENTREVISTA**
O director da Sanofi
sobre o futuro da saúde

VEJA MAIS EM NEGOCIOS.PT



Um prémio de saúde para garantir a Saúde

O prémio Saúde Sustentável é uma iniciativa da Sanofi e do Negócios que vai distinguir unidades de cuidados primários, hospitalares e continuados pelas políticas que garantem a viabilidade económica, financeira e ambiental dos serviços que hoje se prestam. Leia aqui a entrevista do director-geral da Sanofi, as avaliações de quatro elementos do júri ao prémio e conheça os critérios que vão premiar as boas práticas.

Saúde Sustentável

AUSTERIDADE

Cortes na Saúde: a troika e mais além

Privados e os profissionais de saúde são os principais visados pelas medidas de austeridade no próximo ano

MARLENE CARRIÇO

Numa coisa todos os “players” da Saúde estão de acordo: é preciso que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) seja sustentável. E é a pensar nisto que o ministro da Saúde tem anunciado e decretado uma série de medidas, indo mesmo além do que estava previsto no memorando da troika. Até 2013 a saúde deverá poupar mais de 1.300 milhões de euros.

Do lado dos prestadores privados são sobretudo as clínicas convencionadas (hemodiálise, imagiologia e análises clínicas), a indústria farmacêutica e as farmácias que vão sentir o maior rombo nas receitas. Para as primeiras, o Governo já decretou uma baixa de 12,5% nos preços, a indústria sofrerá com uma nova baixa no preço dos remédios e as farmácias terão uma margem de lucro mais baixa consoante os medicamentos sejam mais caros.

Um grande esforço é também exigido aos gestores hospitalares que terão de alcançar poupanças de 200 milhões de euros no próximo ano. A tarefa não será fácil, avisam os administradores, mas o ministério acredita que só assim se poderá começar a sanar os problemas financeiros das instituições. E para dar uma ajuda o ministro da Saúde já implementou ou anunciou algumas medidas (ver quadro ao lado) como, por exemplo, a realização de exames e análises dentro dos próprios hospitais, esgotando a capacidade instalada, e a redução das horas extra. Os profissionais de saúde são de resto outro dos grupos mais visados pelas medidas da troika.

Consultas mais caras

Mas a austeridade no sector da Saúde também vai chegar ao bolso dos portugueses. Desde logo porque as taxas moderadoras que se pagam no acesso a consultas e pela realização

953,8

milhões, é quanto o Estado vai cortar em despesas com saúde em 2012, mais 270 milhões do que o acordado com a troika.

375

É o montante, em milhões, que o Governo acordou com a troika poupar em 2013 no sector da Saúde.

de exames, vão subir em Janeiro, ainda que o valor não esteja quantificado. Embora o ministro já tenha dito que haverá mais pessoas isentas, pelo critério do rendimento, muitas outras irão perdê-lo. Por sua vez, os beneficiários da ADSE deverão ver a lista de benefícios reduzida, dado que em 2012 a despesa com estes subsistemas terá de cair 20%.

Além do custo acrescido, os cidadãos vão sentir outra diferença no momento de ir ao médico. Além de haver já urgências em centros de saúde a fechar mais cedo, no próximo ano vão fechar serviços hospitalares, entre os quais, maternidades.

Porém há uma questão muito importante que se vem agravando e para a qual não há solução à vista. Embora o Governo se tenha comprometido a estabelecer, até Setembro, um calendário para saldar as dívidas aos fornecedores não há dinheiro, logo não há ainda calendário. Para controlar as despesas e aumentar a transparência no sistema, o ministro Paulo Macedo impôs entretanto a publicitação mensal dos dados financeiros e de produção das unidades de saúde.



O júri do prémio saúde sustentável em reunião | Durante os encontros foram avaliados e debatidos os critérios de avaliação

AS MEDIDAS DA TROIKA PARA A SAÚDE

O QUE JÁ FOI FEITO

REVISÃO DAS ISENÇÕES DAS TAXAS MODERADORAS

Com as alterações às isenções, já aprovadas, haverá mais gente isenta pelo critério do rendimento, mas haverá um corte de isenções em algumas categorias de utentes.

CORTE NO PREÇO DOS REMÉDIOS

Os novos genéricos têm de ser pelo menos 50% mais baratos do que os de marca, o que vai além do acordado com a troika (pelo menos 40%). Além disso, o governo já aprovou a alteração dos países com os quais Portugal compara na fixação do preço dos remédios, que levará a uma quebra dos mesmos.

PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA

O anterior executivo já tinha posto em marcha esta medida. O Estado

só compartilha remédios e exames prescritos electronicamente.

REMOVER BARREIRAS À ENTRADA DE GENÉRICOS

O Governo aprovou legislação que impede que os laboratórios travem a entrada de genéricos no mercado alegando violação de patente.

ALTERAR MARGENS DE LUCRO

As farmácias já foram informadas das alterações às suas margens de lucro, mas falta publicar o diploma. As margens serão mais elevadas quando o remédio for mais barato.

CORTES NAS HORAS EXTRA

A troika previa um corte de 10% nas horas extra para 2012, uma meta que subiu para 20% depois da primeira avaliação da troika. Paulo

Macedo antecipou para o passado mês de Agosto o corte de 10%.

CORTAR NA DESPESA COM CLÍNICAS PRIVADAS

O Governo tinha-se comprometido a cortar em pelo menos 10% da despesa com clínicas privadas. O Ministério impôs cortes de 12,5%.

CORTE NAS DESPESAS DOS HOSPITAIS

Os hospitais serão obrigados a poupar em 2012 200 milhões de euros (mais 100 do que inicialmente acordado). A imposição de tectos salariais a profissionais contratados, o corte nas horas extra, o controlo do Ministério nas contratações e a redução do montante pago aos médicos tarefeiros irá ajudar a alcançar a poupança.



Miguel Baltazar

dos prémios.

Premiar o sucesso para garantir o futuro

O prémio de saúde lançado pelo Negócios e a Sanofi é (também) um contributo para com menos fazer mais

Objectivo: Incentivar as boas práticas de gestão na saúde como meio para atingir o fim último de garantir a mesma qualidade e quantidade de prestação de cuidados de saúde em tempos de elevada pressão financeira.

Em termos gerais é este o objectivo do “Prémio Saúde Sustentável”, uma iniciativa conjunta da Sanofi e do Negócios. A metodologia da avaliação foi desenvolvida pela ATKearney.

O “prémio”, cujo prazo de candidatura vai até 25 de Novembro, na realidade desmultiplica-se em três, um para cada tipo de entidade: cuidados primários, cuidados hospitalares e cuidados continuados. A segmentação garante desde logo a adaptação da metodologia de avaliação às especificidades de cada uma dessas instituições.

As instituições, pública ou privadas, que quiserem candidatar-se podem fazê-lo indo ao site do Negócios e preenchendo o formulário do seu segmento institucional: cuidados primários, hospitalares ou continuados.

As questões a responder são de tipo quantitativo e qualitativo abrangendo cinco grandes áreas da vida de uma entidade de saúde: a governação clínica e segurança do doente; a integração de cuidados de saúde e enfoque no doente; a responsabilidade ambiental; a gestão de tecnologias na saúde; a sustentabilidade económico-financeira.

As respostas dos candidatos são avaliadas por um júri presidido pelo ex-presidente da República Jorge Sampaio. A equipa integra personalidades que têm experiência no sector da saúde em diversas vertentes. No domínio da definição das políticas, o júri integra, por exemplo, a ex-ministra Maria de Belém. Na área da exe-

O prémio saúde sustentável tem como objectivo incentivar as boas práticas como meio de garantir que a prestação de serviços que temos hoje será também aquela que teremos no futuro.

cução estão personalidades como o ex-presidente do hospital de Santa Maria Adalberto Campos Fernandes e o ex-presidente da Unidade de Missão Hospitalares SA José Mendes Ribeiro e no domínio da análise e sistematização académica Miguel Gouveia, professor na Universidade Católica.

O júri foi muito activo na definição dos critérios de avaliação das instituições. O metodologia proposta pela ATKearney foi analisada em reuniões do júri em que se fizeram propostas concretas de ajustamento, fruto da experiência curricular de cada um.

Para o Negócios, esta é uma iniciativa que, pela exposição de casos de sucesso, tem como objectivo contribuir para a sustentabilidade do modelo de saúde que é um dos pilares do Estado Social Europeu.

O QUE FALTA FAZER

CALENDÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES

O Governo acordou com a troika estabelecer, até Setembro, um calendário “ambicioso e vinculativo” para liquidar todos os pagamentos em dívida há mais de 90 dias. Já estamos em Novembro e não há sinal de calendário pois o Governo não tem dinheiro. As dívidas a fornecedores deverão atingir os 3.000 milhões no final do ano.

NOVOS VALORES DAS TAXAS MODERADORAS

O ministro já aprovou o decreto com o aumento das taxas moderadoras e já disse que esse aumento será significativo. Porém, falta ainda saber quanto passarão a pagar os portugueses no acesso aos cuidados de saúde a partir de Janeiro.

MECANISMO PARA GARANTIR MÉDICOS DE FAMÍLIA

O Governo comprometeu-se a criar, até ao final do ano, um mecanismo para garantir médicos de família em áreas carenciadas. Um problema que anda há anos para ser resolvido.

AJUSTAMENTO DE BENEFÍCIOS PARA BENEFICIÁRIOS DA ADSE

Até ao final do ano o Governo terá que anunciar medidas para garantir uma redução da despesa com a ADSE em 30% em 2012. Essas medidas passarão pelo decréscimo de contribuições das entidades empregadoras e pelo ajustamento dos benefícios de saúde.

ENCERRAMENTOS E FUSÕES NA REDE HOSPITALAR

Até ao final do ano o Governo terá

em mãos uma carta hospitalar que encomendou ao Regulador da Saúde para ver onde há redundância de serviços de saúde. Com a carta em mãos decidirá que serviços irá fechar ou fundir.

TRANSFERIR SERVIÇOS HOSPITALARES PARA CENTROS

Até Junho do próximo ano o ministro da Saúde terá de dizer que serviços hospitalares passarão a ser prestados nos centros de saúde.

REGISTO DE SAÚDE ELECTRÓNICO

Esta é outra promessa de há anos. Agora o Governo compromete-se a pô-lo no terreno até Junho de 2012. O RSE pretende ser um serviço informático que terá a informação de saúde de cada cidadão acessível a qualquer profissional de saúde.

Saúde Sustentável

JON FAIREST, DIRECTOR-GERAL DA SANOFI PORTUGAL

“A médio prazo os doentes não vão ter acesso a novos medicamentos”

Jon Fairest afirma que os constrangimentos financeiros estão a impedir a entrada de remédios inovadores. Perde a indústria, mas também os doentes

HELENA GARRIDO
MARLENE CARRIÇO

Jon Fairest admite que a indústria farmacêutica é lucrativa, mas frisa que esse lucro é reinvestido em inovação. O director-geral da Sanofi lembra o problema financeiro que o País atravessa, alerta para os riscos dos cortes na Saúde e fala da estratégia da empresa para ultrapassar as dificuldades.

Quais são os principais constrangimentos que a indústria farmacêutica enfrenta nos dias de hoje?

Várias. As maiores marcas estão a “bater no chão”. Os genéricos são um facto da vida e nós temos que viver com isso. Além disso todos os sistemas de saúde estão a enfrentar enormes problemas financeiros e por isso não está a ser dado acesso suficientemente rápido aos novos remédios e às novas terapias e em alguns casos não vão chegar ao mercado de todo por causa das restrições de preços e dos processos de reembolso. A médio-longo prazo os doentes, com determinadas doenças, não vão ter acesso a novos medicamentos e estarão claramente em risco.

Mas há outros medicamentos...

Sim, há, mas há mercados específicos, como a oncologia e doenças raras, para os quais ainda não se encontrou a cura ou o medicamento correcto que possa controlar a doença, e é aqui que as empresas de investigação e desenvolvimento se estão a tentar especializar ainda mais. Mas as autoridades estão a achar isto muito caro e não estão a deixá-los entrar no mercado.

Bloqueando o negócio da indústria...

Nós assumimos que esta é uma indústria muito lucrativa e gananciosa. Mas o que as pessoas não sabem é que trazer um medicamento para o mercado custa perto de um bilião de euros e que o lucro que

conquistamos vai para a investigação das próximas moléculas. Além disso, muitas vezes os medicamentos nem sequer chegam ao mercado por isso pode-se gastar quatro ou cinco milhões de euros para nada.

E quais as estratégias da Sanofi para combater estes problemas?

Estamos a diversificar. Temos um negócio de genéricos bem sucedido, temos também uma companhia de cuidados de saúde animal e adquirimos recentemente a Genzyme, que é a maior especialista em doenças raras.

Pensa que isso é suficiente para manter os lucros do passado?

Provavelmente não, mas ainda assim nós temos que conseguir ter lucro suficiente para continuar a tentar encontrar novos remédios.

Então que outras estratégias pensam adoptar?

Nós temos que passar de provedores de medicamentos a provedores de cuidados de saúde. Por exemplo, vamos lançar dispositivos de monitorização da glicemia. Se vamos ser parceiros nestas doenças temos que ser capazes de fornecer cuidados de saúde e não apenas medicamentos, temos que ser capazes de oferecer programas de educação, incluindo médica, e gestão de pacientes.

A crise financeira que vivemos no Ocidente terá efeitos nos cuidados de saúde?

Há um perigo de isso acontecer porque se tentamos fazer poupanças a curto prazo através de medidas muito severas não veremos nenhum problema nos próximos seis ou nove meses, ou talvez um ano, mas nos anos seguintes sim. Veremos uma deterioração dos cuidados de saúde porque as pessoas não terão meios para aceder aos medicamentos nem aos serviços hospitalares, cirurgias, entre outros.

Esta é uma ameaça apenas em Portugal?

É uma ameaça em muitos países da Europa.

Acha que é possível fazer mais com menos no sector da Saúde?

Penso que sim. A gestão de doenças pode ser melhor e poderá haver mais educação. Isso reduzirá custos porque os doentes não precisarão de mais medicamentos no futuro, nem de cuidados hospitalares.

Mas se o consumo baixar, a indústria perde.

Não necessariamente. Se tivermos uma gestão mais eficiente da doença toda a gente beneficia. Os medicamentos certos têm que ser usados com os pacientes certos. O problema é que há muitos pacientes que andam a tomar a medicação errada ou na dosagem errada.

Que boas práticas do estrangeiro deveriam ser importadas para Portugal?

O acesso dos medicamentos ao mercado em muitos países europeus é muito transparente e muito rápido. Portugal é notoriamente lento, não é tão transparente e é razoavelmente desorganizado. Há muitas situações nas quais os pacientes podiam ser tratados mais cedo com melhores produtos.

Qual é o ponto mais positivo do sistema de saúde português?

O facto de todas as pessoas terem acesso aos cuidados de saúde é importante. Além disso o País tem médicos muito qualificados, alguns são especialistas internacionais no que fazem.

Como vê as medidas da troika?

Penso que são mais uma vez medidas fáceis no sentido em que eles olham para a Saúde como a opção mais fácil para cortar nos custos. Penso que algumas das metas que eles deram nós já estamos a alcançar, nomeadamente a redu-

PERFIL

O FINANCEIRO COM VASTA EXPERIÊNCIA NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Jon Fairest, 45 anos, é licenciado em Finanças e é director-geral da Sanofi em Portugal desde Junho de 2010. De nacionalidade inglesa, Jon tem 18 anos de experiência em indústria farmacêutica, dez dos quais ao serviço da Sanofi. A nível Internacional foi nomeado director-geral para a Bulgária e Finlândia, a partir 2006.

ção da despesa com fármacos. Já as medidas à volta das poupanças com medicamentos hospitalares e o seu pagamento serão um grande desafio mas que deve ser feito pois já devem muito dinheiro à indústria.

Tencionam cortar o fornecimento de medicamentos?

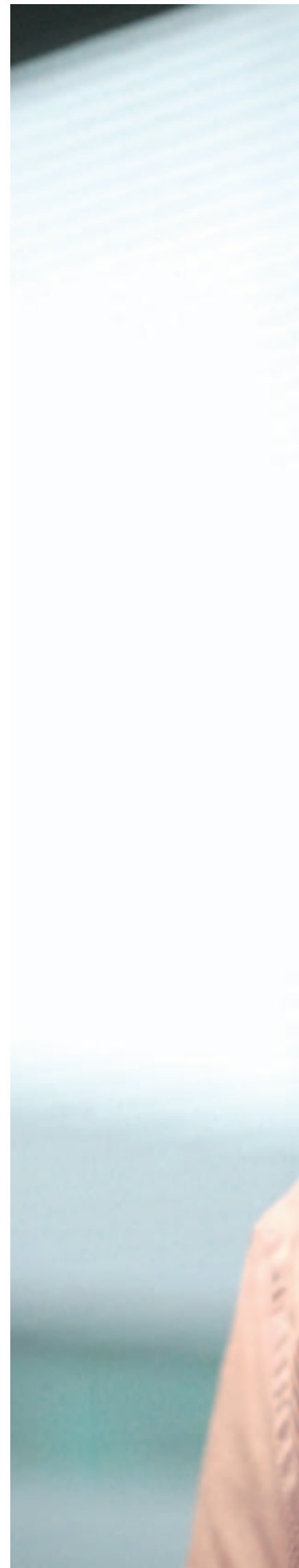
Algumas empresas estão a fazê-lo mas nós não porque fornecemos, em muitos casos, medicamentos que salvam vidas.

Estão com problemas para obter financiamento junto dos bancos?

Não e isso deve-se sobretudo ao facto de pertencermos a uma organização multinacional e a apenas 20% do nosso negócio ser de base hospitalar. Mas se fossemos uma empresa local que dependesse inteiramente do pagamento dos hospitais estaríamos “metidos num grande sarilho”.

Sente que tem o Governo nas mãos?

Eu diria que na maioria das vezes eles têm-me a mim nas mãos.



Bruno Simão



As maiores marcas estão a “bater no chão”.

Assumimos que esta é uma indústria muito lucrativa e gananciosa, mas o lucro que conquistamos vai para a investigação das próximas moléculas.

Nós veremos uma deterioração dos cuidados de saúde porque as pessoas não conseguirão ter meios para aceder aos medicamentos nem aos serviços hospitalares.

Temos a responsabilidade de melhorar a nossa imagem e mostrar que não somos apenas grandes e más pessoas como nos têm “pintado” ao longo dos anos.

“Temos a responsabilidade de melhorar a nossa imagem”

O director-geral da Sanofi diz que a indústria farmacêutica é mal vista e que quer mudar isso para se tornar um verdadeiro parceiro no sector

O director-geral da Sanofi considera que a iniciativa “Prémios Saúde Sustentável” será importante para melhorar a imagem da indústria farmacêutica. Jon fairest tem a esperança que os laboratórios farmacêuticos sejam encarados como parceiros no sector da saúde e chamados a cooperar com o Governo.

“Esta é a oportunidade de mostrar que nós não estamos aqui apenas a vender medicamentos, estamos aqui para ser parte do sistema de saúde, para melhorar os cuidados de saúde e penso que nesse sentido estar envolvido neste tipo de coisas mostra que não estamos aí fora a tentar apenas empurrar cada um dos medicamentos”, explicou Jon Fairest em entrevista ao **Negócios**, acrescentando que tem ainda “uma responsabilidade de melhorar a nossa imagem e mostrar que não somos apenas grandes e más pessoas como nos têm ‘pintado’ ao longo dos anos”.

Esta deve ser de resto uma das intenções das empresas farmacêuticas que têm contactado o director-geral da Sanofi a pedir para “serem julgadas”. “Elas querem entrar e colocar os seus processos e ideias sob avaliação”, contou. Um pedido a que o mesmo não pode responder uma vez que o prémio se destina apenas a cuidados de saúde primárias, hospitalares ou continuados e não a empresas privadas de medicamentos.

Consciente de que o público em geral não tem uma boa imagem das empresas farmacêuticas pelo facto de serem muito lucrativas, o director-geral da Sanofi lembra contudo que “a maior parte do público leigo não entende o que nós investimos para conseguir colocar um único comprimido no mercado, não entende que esses lucros de biliões de euros são reinvestidos todos os anos para sustentar o siste-

ma de saúde do futuro”.

Jon Fairest insiste que “se não continuarmos com este modelo de negócio então os medicamentos vão parar onde estão hoje e não veremos mais desenvolvimento científico, nem melhorias nos tratamentos de novas doenças”.

Indústria como parceiro activo do sistema de saúde

Destacando a importância que assume a indústria farmacêutica, o director-geral da Sanofi considera que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) “seria mais forte se estivesse mais próximo da indústria farmacêutica nas negociações”. O que acontece actualmente, conta, é que já há reuniões entre o Ministério da Saúde e a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma) mas “há muita discussão, muita conversa, e pouca acção”, criticou. “Devíamos ter um grupo a trabalhar na estratégia para os cuidados de saúde em Portugal e se não incluímos a indústria farmacêutica então é-se maluco”, completou.

Confrontado com o possível aumento da corrupção numa realidade em que essa parceria plena existisse, Jon Fairest respondeu que “se se trabalhar mais estreitamente em parcerias, então o sistema é mais transparente”. Mas para que isto possa acontecer sem haver desconfiança, a indústria “tem de melhorar a sua imagem”, reiterou.

Desconfiança no cumprimento das medidas da troika

Na óptica de Jon Fairest um dos problemas do sistema de saúde português prende-se precisamente com a pouca capacidade de decisão e a intervenção externa no País pode dar um empurrão. Jon Fairest espera que o programa de ajustamento financeiro “possa acertar os erros do passado”, mas diz que até agora ainda não se viram sinais disso. “Ainda não há sinais como os que a Grécia deu logo de início. Isso, só por si, é um sinal positivo, mas também se pode argumentar que não parece haver muitas indicações do que se vai fazer realmente e como é que as medidas vão ser implementadas”, disse Jon Fairest, revelando-se “preocupado”.

Saúde Sustentável

INQUÉRITO

A importância da sustentabilidade no sec

Quatro membros do júri destacam a importância da sustentabilidade na Saúde, para a qual as medidas da troika poderão dar um contributo



Maria de Belém Roseira
Ex-ministra da Saúde



Alexandre Lourenço
Director-coordenador, Administração Central do Sistema de Saúde



Adalberto Campos Fernandes
Presidente do conselho de administração do Hospital de Cascais



Miguel Gouveia
Especialista em economia da saúde e professor na Católica

1 Por que é que esta iniciativa (“Prémio Saúde Sustentável”) é importante?

O desempenho em saúde é de uma enorme complexidade. Não só pela natureza da actividade em si, muito exigente do ponto de vista técnico e científico, como também pela intensa emotividade que as pessoas tendem a ter na sua relação com a doença, com a dor e com a morte. Consequentemente, tudo o que a sociedade possa fazer no sentido de dar a conhecer aquilo que de positivo se faz num contexto de enormes constrangimentos tem ou pode ter um efeito potenciador de melhores desempenhos.

Esta iniciativa destaca a questão da sustentabilidade dos sistemas de saúde. Muitas vezes abordamos a questão da sustentabilidade de um ponto de vista macro em que o contributo do nível local é geralmente minorizado. Ora, esta iniciativa procura destacar o papel de cada cuidador, de cada equipa e de cada instituição. É essencial que os profissionais de saúde sintam que são parte da solução para a sustentabilidade dos sistemas de saúde e este prémio destaca o seu papel.

Em tempo de crise é fundamental estimular o empreendedorismo estratégico incentivando as melhores práticas. O sector da saúde tem um amplo caminho a percorrer na demonstração inequívoca de que a qualidade e a eficiência não são contraditórias. Esta iniciativa representa uma oportunidade importante de dar a conhecer experiências muito interessantes que se estão a desenvolver, por todo o país, contribuindo para o desenvolvimento sustentado do sistema de saúde.

No contexto de extremas dificuldades económicas e sociais em que nos encontramos, é muito positivo que haja iniciativas de carácter positivo para além da austeridade, dos cortes e do sacrifício que estes implicam. Os prémios são importantes para que as pessoas e instituições que melhor “performance” tiveram vejam que, no meio de um enquadramento um pouco desolador em que nos encontramos, que o mérito, a criatividade e a boa implementação de planos continuam a merecer distinção e a ser premiados.

2 Por que é que a questão da sustentabilidade é tão importante no sector da saúde?

A saúde, lidando com o primeiro de todos os bens e implicando a afectação de importantes recursos financeiros e de capital humano de elevada especialização, sempre - com tendência crescente em termos de exigência - tem que olhar para a sustentabilidade com muito mais acuidade.

A pressão sobre o crescimento dos custos tem sido enorme, nomeadamente pelo envelhecimento populacional, o aparecimento de novas tecnologias, o peso das doenças crónicas e as crescentes expectativas dos cidadãos. Esta pressão tem obrigado a maioria dos governos a implementar medidas de contenção de custos. Recentemente, enfrentamos uma nova ameaça: baixo crescimento económico no Ocidente. Entre 1998 e 2008, todos os países da OCDE apresentaram um crescimento da despesa no sector da saúde superior ao seu crescimento económico. Mais do que nunca, manter os sistema de saúde depende um conjunto de opções societárias.

A sustentabilidade no sector da saúde é um imperativo estratégico de grande importância. A existência de um sistema de saúde sustentável, eficaz e eficiente constitui um dos mais poderosos determinantes para garantir o desenvolvimento humano e social. Há que sublinhar a importância do sector da saúde não apenas no plano da prestação de cuidados mas, igualmente, como um sector fundamental para a diferenciação profissional e técnica ligada à investigação, ao desenvolvimento e ao aprofundamento do conhecimento científico.

A curto prazo, o problema do nosso País é ultrapassar esta crise financeira gerada pelo endividamento excessivo. Este endividamento excessivo deve-se a despesas insustentáveis feitas pelo Estado e pelo sector privado. Nexte contexto, o sector dos cuidados de saúde tem de contribuir, tal como os outros, para reequilibrar as despesas e a capacidade de pagamento do País.

Setor da Saúde

<p>3 Dê um exemplo de uma medida que seria determinante para promover a sustentabilidade da Saúde.</p>	<p>4 As medidas previstas no memorando da troika vão no sentido de promover a sustentabilidade do SNS?</p>
<p>Não há varinhas mágicas. Mas há algumas atitudes que são incontornáveis. A primeira delas, a necessidade de envolver os profissionais nos objectivos institucionais e de gestão, porque detêm autonomia técnica e científica e são eles que determinam a despesa. Em segundo lugar, o envolvimento dos cidadãos na protecção da sua saúde e na abordagem da sua doença, quando ela já esteja instalada.</p>	<p>Sim, se inteligentemente aplicadas, o que implica a identificação de uma estratégia clara, explícita e negociada participadamente com os agentes responsáveis pela sua execução. Ao contrário, o Orçamento para 2012, pode implicar rupturas não virtuosas. Constituirá, pois, um exercício difícil, com potencial para gerar resultados negativos, o que deve ser esclarecidamente acautelado e prevenido, de forma decidida e inteligente.</p>
<p>Transferência de cuidados de saúde dos hospitais para o ambulatório. Actualmente, existem muitos cuidados de saúde prestados a nível hospitalar que podem ser realizados nas comunidades, nomeadamente ao nível dos cuidados de saúde primários. Esta transferência de cuidados pode melhorar significativamente o acesso, a qualidade dos cuidados e promover um aumento da efectividade dos cuidados.</p>	<p>Sim. Destaco o fortalecimento dos cuidados de saúde primários, a racionalização da rede de cuidados agudos e as medidas no sector do medicamento.</p>
<p>A atribuição de prioridade política à saúde, enquanto instrumento do desenvolvimento económico e social, constituiria uma importante oportunidade para o desenvolvimento do país, em diferentes sectores, com grande potencial para a criação de valor não apenas social e técnico mas, também, para a criação de riqueza.</p>	<p>Grande parte das medidas da troika vão no sentido positivo de conferir mais transparência e rigor nos processos políticos e de gestão do sistema de saúde. Nesse sentido, poderão ser olhadas com algum optimismo. O ponto mais crítico tem que ver com o risco de poder não haver um adequado alinhamento entre a contração orçamental e a concretização das reformas estruturais indispensáveis.</p>
<p>Parace-me que a rede das unidades de saúde poderia ser objecto de consolidação. Há serviços e unidades que poderiam encerrar, o que permitiria poupanças e, também, que outros serviços e unidades tivessem maior escala, o que levaria a reduções de custos mas, sobretudo, a cuidados de saúde de melhor qualidade.</p>	<p>Sim, no sentido contabilístico do termo. No entanto, em vários casos parecem-me um pouco detalhadas em excesso, deixando a ideia que os objectivos gerais (que não ponho em causa) talvez pudessem ser atingidos por medidas alternativas eventualmente superiores de um ponto de vista técnico, de eficiência e de equidade.</p>



Catorze notáveis atribuem os prémios Saúde Sustentável

Cientes da importância que a sustentabilidade da Saúde terá na sociedade portuguesa nos próximos anos, o **Negócios** e a Sanofi criaram os prémios “Saúde Sustentável”, uma iniciativa orientada para a divulgação e incentivo das boas práticas de saúde.

Os prémios “Saúde Sustentável” têm como objectivo distinguir e

premiar entidades, individuais ou colectivas, públicas ou privadas, prestadoras de cuidados de saúde, sejam hospitalares, cuidados primários ou cuidados continuados que se tenham destacado por promover e concretizar princípios e acções de sustentabilidade com impacto na qualidade e eficiência da prestação de serviços de saúde.

Candidaturas Até 25 de Novembro de 2011
Sítio <http://premiosaudesustentavel.negocios.pt>

PRESIDENTE DO JÚRI



Jorge Sampaio
Ex-Presidente da República

MEMBROS DO JÚRI



Abel Mateus
Professor de Economia, Universidade Nova de Lisboa e University College de Londres



Adalberto Campos Fernandes
Presidente da comissão executiva, HPP Cascais



Alexandre Lourenço
Director coordenador, ACSS



António Couto dos Santos
Ex-ministro da Educação



Diogo Lucena
Membro do conselho de administração, Fundação Calouste Gulbenkian



Francisco Batel Marques
Professor, Faculdade de Farmácia da Universidade Coimbra



Jon Fairest
Director-geral da Sanofi-Aventis



Jorge Torgal Garcia
Professor da Universidade Nova de Lisboa



José Mendes Ribeiro
Membro do conselho científico da Fundação Francisco Manuel dos Santos



Laurentina Martins
Administradora da Cofina



Maria de Belém Roseira
Ex-ministra da Saúde



Miguel Gouveia
Professor Associado, Universidade Católica Portuguesa



Teresa Caeiro
Deputada

Saúde Sustentável

COMO VÃO SER AVALIADAS AS INSTITUIÇÕES

Porque um centro de saúde é diferente de um hospital que é diferente de um centro de cuidados continuados, as medidas para escolher o melhor tiveram de ser diferenciadas. Eis uma síntese do que pode encontrar no site do Prémio Saúde Sustentável.



Cuidados Primários de Saúde

A porta por onde o doente entra nos cuidados de saúde.

1 GOVERNAÇÃO CLÍNICA

As questões que envolvem respostas quantitativas são, por exemplo, a taxa de mortalidade por causas imputáveis aos cuidados de saúde. Nas perguntas abertas pede-se, por exemplo, que aponte os indicadores usados para medir a segurança dos doentes.

2 CENTRALIZAÇÃO NO DOENTE

As visitas domiciliárias médicas e de enfermagem em percentagem do total de consultas é um dos seis indicadores quantitativos solicitados para avaliar o pilar de centralização dos cuidados de saúde no doente. Nas questões abertas pergunta-se como é avaliada a satisfação do doente.

3 AMBIENTE

Os indicadores quantitativos passam pelo preenchimento de um quadro com os valores estimados de produção de um conjunto de resíduos. Nas perguntas abertas avalia-se como é gerida e acompanhada a política ambiental da instituição.

4 GESTÃO DE TECNOLOGIAS

Qual a percentagem de doentes que é informado por escrito sobre o risco de reacção adversa a um medicamento? Esta é uma das questões quantitativas. Existe algum processo para identificar a necessidade de introduzir novas tecnologias. É um exemplo das questões abertas.

5 ECONOMIA E FINANÇAS

Os genéricos prescritos ou o número de consultas por médico, são duas das seis questões quantitativas colocadas. As perguntas abertas centram-se no plano estratégico.



Cuidados hospitalares

Os hospitais e as perguntas concretas com reinternamento e mortalidade

1 GOVERNAÇÃO CLÍNICA

Taxa de reinternamento em 30 dias e a taxa de mortalidade ajustada pelo risco são dois dos seis indicadores pedidos aos hospitais. E, tal como nos cuidados primários, as questões abertas são sobre planos e actuações que melhoram a segurança do doente.

2 CENTRALIZAÇÃO NO DOENTE

Qual a percentagem de doentes que espera menos de 18 semanas entre a indicação de tratamento e o tratamento em si? É uma das questões colocadas aos hospitais. Nas perguntas abertas pede-se, por exemplo, que se diga como é avaliada a satisfação do doente.

3 AMBIENTE

As respostas quantitativas são em tudo semelhantes às que são solicitadas às outras instituições. Nas questões abertas pergunta-se, por exemplo, como é gerido o impacto ambiental da sua instituição?

4 GESTÃO DE TECNOLOGIAS

Existe um sistema que verifique a data de validade de todos os medicamentos de emergência pelo menos uma vez por ano? Esta é uma das primeiras perguntas deste critério de avaliação. Existe um comité de farmácia e terapêutica na instituição? E este é um exemplo para as questões abertas.

5 ECONOMIA E FINANÇAS

No caso dos cuidados hospitalares solicitam-se indicadores financeiros como a relação entre activo e passivo e os resultados líquidos. Nas questões em aberto pergunta-se, por exemplo, se a demonstração de resultados da instituição é auditada.



Cuidados continuados

A satisfação do doente como um critério importante.

1 GOVERNAÇÃO CLÍNICA

Qual a prevalência de quedas, é uma das três informações quantitativas a fornecer no caso da segurança do doente nos cuidados continuados. As questões abertas são semelhantes às que são colocadas às outras instituições.

2 CENTRALIZAÇÃO NO DOENTE

É apenas uma a pergunta que exige uma resposta quantitativa: Qual a percentagem de utilizadores satisfeitos ou muito satisfeitos? Nas questões em aberto pergunta-se como é avaliado o grau de satisfação dos doentes.

3 AMBIENTE

Tal como nos cuidados primários e hospitalares, também aqui se solicitam um conjunto de dados sobre a produção de resíduos. E pergunta-se como é gerido o impacto ambiental da instituição.

4 GESTÃO DE TECNOLOGIAS

As questões são semelhantes às que são colocadas às instituições de cuidados primários e continuados, procurando saber-se se há métodos e procedimentos de escolha de tecnologias e de informação dos doentes.

5 ECONOMIA E FINANÇAS

A taxa de ocupação de camas e os custos com pessoal como rácio das receitas operacionais são dois dos indicadores quantitativos solicitados. As questões abertas não são muito diferentes das solicitadas às outras instituições.

PERGUNTAS E RESPOSTA

Qual o objectivo da iniciativa “Prémio Saúde Sustentável”?

O “Prémio Saúde Sustentável” tem como objectivo distinguir e premiar entidades, individuais ou colectivas, públicas ou privadas, prestadoras de cuidados de saúde, sejam hospitalares, cuidados primários ou cuidados continuados que se tenham destacado por promover e implementar princípios e acções de sustentabilidade com impacto tangível na saúde. Objectiva-se também criar uma plataforma de casos de sucesso de práticas de sustentabilidade em cuidados de saúde em Portugal.

Qual a periodicidade destes prémios?

Estes prémios com dois âmbitos – institucional e individual – têm um carácter anual.

Quais são os prémios?

Os Prémios Saúde Sustentável terão dois âmbitos: instituição e personalidade. No que concerne ao âmbito instituição, existirão três prémios: para instituição prestadora de cuidados de saúde hospitalares; prémio para instituição prestadora de cuidados de saúde primários; prémio para instituição prestadora de cuidados de saúde continuados.

Quem pode concorrer?

Qualquer entidade, individual ou colectiva, pública ou privada, prestadora de cuidados de saúde, sejam hospitalares, cuidados primários ou cuidados continuados. No caso da distinção individual, o júri identificará e premiará a personalidade com maior destaque e relevo na promoção de práticas sustentáveis na área da saúde.

Até quando se pode candidatar?

O formulário de candidatura pode ser preenchido até 25 de Novembro.

Como se pode candidatar?

As instituições devem responder a um formulário de candidatura disponível no site do prémio (<http://premiosaudesustentavel.negocios.pt>).

Em que se baseia o modelo de avaliação?

O modelo de avaliação baseia-se numa análise abrangente, quantitativa e qualitativa, do desempenho da entidade ao nível da governação clínica e segurança do doente; da integração de cuidados de saúde e enfoque no doente; da responsabilidade ambiental; da gestão de tecnologias na saúde e da sustentabilidade económico-financeira (ver ao lado).

Quem é o júri?

O júri é constituído por personalidades relevantes do meio empresarial, académico e político da sociedade portuguesa, seleccionados de acordo com critérios de qualificação e profissionalismo e isenção, genericamente reconhecidos (ver página 7).